

**SOCIEDADES
POLARIZADAS?**

**DESAFIOS
PARA A
SOCIOLOGIA**

XII CONGRESSO
PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

4 - 6 ABRIL 2023

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO – FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

XII Congresso Português de Sociologia

*Sociedades Polarizadas?
Desafios para a Sociologia*

Coimbra, 4 a 6 de março de 2023

Área/Secção Temática

Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

O espectro da polarização identitária nas desigualdades sociais

COSTA, Maria Alice Nunes, Universidade Federal Fluminense, Laboratório de Políticas Públicas, Governação e Desenvolvimento Regional (LADER/UFF) e CNPq;
alicecosta.rj@uol.com.brⁱ

Resumo

O trabalho traz uma reflexão sobre a questão da “polarização identitária” produzida, recentemente no Brasil, vis a vis à construção de pautas da agenda de políticas públicas, em particular a partir da Reforma do Estado dos anos noventa do século XX. Neste percurso histórico, como país semiperiférico do sistema capitalista, a implementação da Reforma do Estado no projeto neoliberal absorveu a energia pulsante da sociedade civil por mudanças no país, da seguinte maneira: primeiro cooptando e incorporando-a para o interior do aparelho burocrático do Estado para “domesticá-la”; e, posteriormente, polarizando a sociedade em identidades rivais. Ambas estratégias neoliberais de amortecimento das demandas sociais e da luta emancipatória, geraram um espaço político de rivalidades ideológicas e identitárias, fragmentando a solidariedade interna do Brasil, em um processo que caminha e se fortalece, desde os anos 2000, se acirrando no Brasil após a crise econômica internacional de 2008, fragilizando a democracia, bem como eliminando a possibilidade da construção de políticas públicas estruturantes necessárias à emancipação social das classes trabalhadoras.

Palavras chave: política identitária, política pública, desigualdades socioeconômicas

XII-APS-77738

Introdução

Este artigo pretende trazer uma reflexão sobre a questão da “polarização identitária” produzida, recentemente no Brasil, *vis a vis* à construção de pautas da agenda de políticas públicas universalizantes, em particular a partir da Reforma do Estado, a partir dos anos noventa do século XX. No percurso histórico, desde os anos oitenta até os dias atuais, no Brasil, como país semiperiférico do sistema capitalista, a implementação da Reforma do Estado absorveu a energia pulsante da sociedade civil do período de redemocratização, que lutavam por mudanças políticas e sociais no país, da seguinte maneira: primeiro incorporando as lideranças sociais para o interior do aparelho do Estado para “domesticá-la”; e, posteriormente, nos anos 2000, polarizando a sociedade em identidades rivais. Ambas estratégias de amortecimento das demandas sociais e da luta emancipatória, geraram um espaço público político de rivalidades identitárias, fragmentando a solidariedade interna do Brasil, em um processo que caminha e se fortalece no Brasil.

A matriz neoliberal associada ao espírito da financeirização do capital, acabou por incorporar as novas demandas ideológicas e responder a elas, para se justificar e se legitimar no sistema mundo capitalista contemporâneo, realizando a captura ideológica dos movimentos culturais identitários, polarizando-os, no sentido de controlar as reivindicações de reconhecimento das diferenças culturais, na medida em que são “críticas artísticas” que não abalam as concretas estruturas do atual capitalismo financeiro; no entanto, impactam sobremaneira a vida concreta das sociedades mais frágeis.

No campo econômico, do atual capitalismo, as políticas as reivindicações programáticas de políticas públicas estruturantes e universalizantes no Brasil, foram dispersadas e pulverizadas por identidades que foram, ao logo do processo histórico de formação do Estado, subalternizadas e invisibilizadas. Agora, esses grupos demandam por reconhecimento e indenização histórica, gerando um dilema para a sociedade brasileira - em pleno século XXI - na medida em que não há como negligenciarmos as suas demandas e necessidades genuínas, nem tampouco dispensar a importância da construção de uma consciência coletiva aos problemas socioeconômicos históricos e estruturais, que precisamos enfrentar.

Neste sentido, este artigo trata do termo “polarização identitária” como um sistema que se refere à divergência e fragmentação de opiniões, visões e pontos de vista entre extremos opostos ideológicos-identitários, reproduzindo funcionalmente aos interesses neoliberais: a “pulverização” programática das políticas públicas. Elas deixam de ser direitos universalizantes, para se tornarem políticas sociais focalizadas às minorias, de

acordo com a disponibilidade financeira. Portanto, o dilema identitário é a marca do panorama contemporâneo, em particular no espaço brasileiro.

A pluralidade cultural e identitária geram importantes conflitos, sinalizando a vitalidade social para as grandes mudanças. Contudo, quando esses conflitos são produzidos, externa e artificialmente, por demanda do mercado de consumo ou com o objetivo de dispersar sociedade, produz a uma fragmentação onde é difícil encontrarmos zonas de contato de solidariedade social, em prol de objetivos emancipatórios de transformação de dada sociedade, em particular no Brasil.

Na primeira parte, realizo uma reflexão sobre a relação entre ideologia e identidade e, como esses processos interagem e se interligam no “jogo das identidades” como estratégia de justificação ideológica do capitalismo financeiro. Em seguida, trato da trajetória da polarização ideológica no Brasil, que tem fragmentado a consciência social coletiva no país; para em seguida, na parte três, analisar como essa polarização social interna, tem tido a capilaridade para promover a pulverização de programas relevantes de políticas públicas estruturantes, onde as questões sociais foram rivalizadas em demandas por identidades, mesmo os dos mais vulneráveis, sem identidade grupal.

1. Processos ideológicos e identitários

A palavra *ideologia* tem origem na Antiguidade Grega, a partir dos discursos e das retóricas sofistas pré-socráticas, constituindo-se etimologicamente da composição grega: *idea* ou *eidea* (imagem, aparência, modo de ver) + *logos* (estudo). De outra maneira, para os gregos *idea* é “ver alguma coisa”, “enxergar” com os próprios olhos. Alguém que não conseguisse “ter ideias” era, portanto, “cego”. O artigo é influenciado pelo conceito de ideologia como uma falsa consciência, uma ilusão ou uma ideia invertida, como nos diria Marx e Engels na “Ideologia Alemã”. A ideologia é a tática de tornar certas ideias como verdadeiras, para serem aceitas pela sociedade, como forma de reproduzir e disseminar ideias que legitimem as ações do capitalismo, em prol de seus interesses expansionistas e de justificação:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua **força espiritual dominante**. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente, ao mesmo tempo, os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são

que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as **relações materiais dominantes apreendidas como ideias**; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, **são as ideias de sua dominação** (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*, pg.47, grifos da autora).

Este artigo não negligencia o pragmatismo do senso comum da palavra ideologia citada, como exemplo, pelo cantor e compositor brasileiro Cazuza, em sua música

“Ideologia”:

Meu partido

É um coração partido

E as ilusões estão todas perdidas

Os meus sonhos foram todos vendidos (...)

Meus inimigos estão no poder

Ideologia

Eu quero uma pra viver (...)

(Cazuza, 1988).

Ele desejava uma ideologia, porque as suas ilusões foram perdidas. Em 1980, Cazuza descobriu que tinha AIDS/HIV/SIDA e, tendo condições financeiras, foi fazer o tratamento nos EUA. No seu retorno ao Brasil, em razão de ser portador desta doença, sofreu o preconceito e o estigma sexual, como outras pessoas portadoras de AIDS, na época. Diante dessa experiência, compôs a música frente à sua desilusão com o cenário que, ao mesmo tempo em vivia o processo de redemocratização (pós-ditadura militar) e clamava pela liberdade e igualdade, possuía um comportamento conservador, moralista e preconceituoso em relação às minorias, em particular, à comunidade LGBT+. Desta forma, ilusão e ideologia aqui se diferem. Cazuza, assim como a maioria dos brasileiros, acreditava (ilusão) que a redemocratização no Brasil significaria o alcance das ideologias (princípios democráticos) proclamadas pelo movimento de redemocratização do país, tais como: solidariedade, igualdade, liberdade e justiça social.

Neste cerne do senso comum, podemos encontrar contradições do uso do termo ideologia. As tensões de um conceito é algo absolutamente coerente com o mundo da vida, seja ela vivida, experimentada ou percebida. Como diria o escritor Machado de Assis, no conto “A Igreja do Diabo”: a vida é uma eterna contradição. Portanto, não existe “erro” epistemológico ao tratarmos um conceito como algo ambíguo, ambivalente e

contraditório. A vida não está a serviço dos conceitos, os quais elaboramos. Os conceitos é que estão a serviço da vida em que vivemos, construímos e experimentamos sentidos. Todo conceito está em constante construção e, é acionado, a partir dos nossos pontos de vista e do espírito de determinada época histórica. Todos os conceitos são construções culturais de um tempo e, no caso específico, portanto, a ideologia como um constructo cultural *per se*, na medida em que está intrinsecamente relacionada à ação de viver e de nos relacionarmos em sociedade, enquanto seres vivos e pensantes, capazes de utilizarmos da nossa imaginação para nos representarmos e projetarmos a nossa visão de mundo.

Ideologia é um signo, uma imagem que construímos e representamos, fruto de nossa interação e da *práxis* com a vida social. É um conjunto de ideias, valores e de normas, “ditadas” de forma culturalmente “transcendental”, de como devemos pensar, fazer e nos comportar, para que possamos criar - mental e culturalmente - um sentimento de identidade e pertencimento a determinado grupo ou sociedade. Desta forma, está no cerne da representação mental das ideias, fruto de nossa imaginação e pensamentos construídos historicamente no campo relacional e comunicacional com o mundo. De maneira metafórica, ideologia é a fotografia que, em processo de interpretação, realizamos uma imagem da realidade. É o espelho que construímos, a partir de nossa imaginação mental, envolvendo a nossa cultura e o nosso “inconsciente ótico” (BENJAMIN, 1992).

Quanto ao conceito de identidade, podemos encontrar outros desafios, na medida em que possui uma forte natureza subjetiva. Podemos transitar por vários campos, desde a nossa identidade como pessoa física com um número, impressão digital, sexo, etnia, idade, filiação, nacionalidade e naturalidade (identidade civil); gênero, peso, altura, deficiência física (identidade corpórea), lugar identitário que ocupamos no grupo social (identidade social); posicionamento político no campo do poder no espaço público (identidade política), como também a partir das crenças, ancestralidades, religiões e tradições (identidade cultural). Diante destas classificações, podemos nos questionar: Que relações existem entre as características identitárias “não-civis” de uma pessoa (ao contrário das civis, que são controladas pelo Estado) e a imagem que se fazem de sua identidade?ⁱⁱ

Acredito ser impossível *a priori* obter uma separação nítida entre as diversas classificações e diferentes características identitárias, antes de observarmos a sua interação com determinados vínculos sociais, na medida em que a identidade perde seus atributos de aparente permanência, quando interagem objetivamente com múltiplos

campos de poder e condições materiais. Não somos um corpo fixo em determinado espaço. Não somos um uno indivisível. Portanto, o formalismo determinístico do conceito de identidade, perde-se, e nos resta invocar a observação empírica das relações sociais que flutuam e interagem, em determinados espaços e territórios.

Portanto, existe uma relação emaranhada entre ideologia e identidade, na medida em que são interdependentes e se sobrepõem-se entre si, de forma complementar. Ambos os conceitos, não permitem por si próprios, explicar a fenomenologia ideológica e material de cada ser subjetivo, em suas realidades concretas e simbólicas, no estar e viver de seu cotidiano. Ser e estar são flutuantes. Neste sentido, devemos desconfiar e nos interrogarmos em relação a formalismos fundamentalistas na relação entre ideologia e identidade, na medida em que eles estão permeados de imbricações e tensões em círculos concêntricos e dinâmicos que, em muitos casos, são inatingíveis de se compreender e analisar, no exato momento em que os fatos referentes às ideologias-identitárias ocorrem e se autodefinem, em seus universos “labirínticos”. Transitamos e nos metamorfoseamos por vários campos sociais, e assumimos vários papéis e hábitos, de acordo com o campo de poder o qual desejamos nos identificar ou disputar.

Os processos identitários podem ser espectros que rondam tanto as esferas de transgressão social como as de subordinação e, entrelaçados de forma transversal e subjetiva, podem gerar “emancipação ou regulação social” (SANTOS, 1999). Eles se constroem em espaços limítrofes que, atuando de forma exacerbada, podem mascarar uma realidade figurada por signos e significantes ambíguos e ambivalentes, que podem ser interpretados por várias vertentes de regulação e dominação, na medida em que produz estigmas ao se deslocar da totalidade.

Tais construções fenomenológicas de dominação, no cerne das relações sociais, determinam o grau de aproximação relacional entre, a ideologia identitária que o indivíduo se autodefine em grupo, bem como a imagem construída e/ou percebida pelo “outro”, para identificar a localidade do indivíduo, com o objetivo de dominá-lo. Portanto, ao invocarmos uma identidade ideológica, seja ela civil, corpórea, social, cultural, política ou subjetiva de como o indivíduo se imagina e se personifica, estará oferecendo, ao “outro”, um rótulo imagético, que pode ser maculado e/ou manipulado, distorcendo a imagem construída, para oprimir e dominar, de acordo com os seus interesses.

Temos como exemplo clássico, o “jogo de identidade”, de Stuart Hall (2006). Ao analisar a estratégia conservadora do presidente americano Bush, em 1991, Hall ao utilizar o episódio dos EUA, não pretendeu julgar o fato, mas sim tomá-lo como

referência, para analisar as consequências na discussão das “políticas de identidades”. Segundo Hall, as identidades são contraditórias e se "deslocam" mutuamente e, suas contradições atuam atravessando indivíduos e grupos políticos. Segundo o autor, o conceito de classe social não tem servido como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora dos variados interesses ou de todas as variadas identidades das pessoas; contudo, nenhuma identidade singular pode se alinhar a diferentes identidades com uma "identidade mestra" e única. Conforme o autor, as paisagens políticas do mundo moderno estão fraturadas por identificações rivais.

No atual cenário contemporâneo, a política de “identidades ideológicas” está sob um maior controle panóptico digital, na era dos dados algorítmicos, dominados pelo fluxo invisível do poder imperialista do capitalismo financeiro, gerando “bolhas”, quase intransponíveis.

Em “O Novo Espírito do Capitalismo”, Boltanski e Chiappello (2002) afirmam que estamos vivendo o terceiro espírito do capitalismo, posto em marcha nos anos 1960, quando as demandas da crítica estética e artística passaram a ser incorporadas às preocupações capitalistas, amparadas nos ideais do individualismo subjetivo, valorização da escolha pessoal, autenticidade e liberdades, desvinculados das preocupações com o bem comum e de valores como a igualdade social. Segundo Santos (1995), as reivindicações materiais da classe trabalhadora tornaram-se frágeis diante do atual capitalismo, tais como o acesso aos bens de consumo coletivo. Grupos sociais antes invisíveis e/ou não reconhecidos passaram a fazer reivindicações pós-materialistas (identitárias), de acordo com o atual contexto do espírito capitalista individualizante.

Segundo os autores, o terceiro espírito foi posto em marcha, a partir dos movimentos sociais de contracultura dos anos 1960, como fenômeno cultural *antiestablishment*, criticava o capitalismo pela falta de liberdade e de criatividade, à qual as pessoas eram sujeitas. Contudo, não imaginávamos que essas críticas seriam incorporadas ao capitalismo financeiro e, iriam impulsionar o surgimento de um outro modelo de capitalismo, mais relacional com os indivíduos (2002, p. 58-59). Segundo os autores, é nos anos 1990, que o capitalismo financeiro absorveu a “crítica artística” produzida dos anos 1960 e, passou a adotar as ideias criativas daqueles que estavam “excluídos” de reconhecimento, pois para os autores:

É, precisamente, o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar esta ordem e a manter, legitimando os modos de ação e as disposições que são coerentes com ele (Boltanski; Chiavello, 2002, P. 46).

Portanto, no atual espírito do capitalismo, ocorre a descoberta de que o capitalismo financeiro (pós-industrial) produz diferenças. As reivindicações deixaram de se traduzir em reivindicações materialistas, tais como: o acesso dos trabalhadores aos equipamentos coletivos materiais; carga horária de trabalho digna; saneamento básico; educação; saúde; mobilidade urbana; habitação; dentre outras. Os grupos sociais anteriormente invisibilizados e/ou não-reconhecidos - de forma identitária - passaram a realizar reivindicações *pós-materialistas*, no atual modelo e contexto do espírito capitalista financeiro.

Desta forma, alguns grupos sociais vêm secundarizando as reivindicações materialistas e passaram a ser orientados, mesmo que de forma interseccional, pela expansão de reivindicações de políticas identitárias. Os grupos sociais identitários, anteriormente, ausentes na narrativa dicotômica materialista da classe trabalhadora (dominada) e da classe capitalista (dominadora), emergiram; e, aliaram-se à novas disputas ideológicas, a partir da noção de ideologia e política identitária, tornando-se indispensável, a qualquer que seja o discurso político mediático contemporâneo global.

Para Jamenson (1997), não se trata agora como antes, de reivindicar a transformação da infraestrutura, mas a cultura deixa de ser uma expressão relativamente autônoma da organização social e, se torna a lógica de todo o capitalismo financeiro. A mudança dialética do capitalismo se volta agora para o visual, para a cultura da imagem da ética e da estética (como *pastiche*) e, de sua enorme difusão por todo o campo social (2001, p. 103).

Neste sentido, as identidades coletivas se fragmentam e se polarizam em identidades individuais plurais e multiculturais, tornando o espaço público um lugar de demandas por reconhecimentos plurais e, ao mesmo tempo, individualizantes, que acabam por serem coerentes com o jogo do capital. A busca pelo reconhecimento em ser diferente da política identitária ideológica, acaba por esfumçar as demandas coletivas concretas, urgentes e socialmente emancipatórias, em especial, nos territórios do Sul do mundo capitalista, como o Brasil.

2. Polarização e pulverização da consciência coletiva

No Pós-Segunda Guerra, com o avanço do crescimento econômico e da capacidade reguladora do Estado nas sociedades capitalistas, formaram-se duas estruturas estatais: o Estado de Bem-Estar Social na Europa, no Canadá e na Austrália; e, o Estado desenvolvimentista nos países da semiperiferia. Na chamada “era dourada” do crescimento econômico (anos 1950 a 1970) que se consolida a ideia da democracia liberal em relação à responsabilidade do Estado pelo acesso de todos à proteção social, concebida como um direito universal. Portanto, a intervenção do Estado na economia tinha, por objetivo, garantir as condições de bem-estar social, no sentido de criar a coesão social do mundo capitalista. É a partir desse “consenso” entre capital e trabalho, que se passou a exigir do Estado a proteção aos pobres e mais vulneráveis. Desta forma, o Estado de Bem-Estar Social foi resultado de um novo pacto social, onde capitalistas deixaram de ter algum lucro que tinham antes, em favor de um melhor funcionamento da sociedade. Ou seja, essa ação no seu conjunto, acabou por fortalecer o próprio capitalismo.

Segundo De Swaan (1992:18-19), o Estado de Bem-Estar se tornou viável em muitos países europeus porque neles se encontrou algo que pode ser chamado de “consciência social”. Os membros da coletividade nacional estavam vinculados por uma responsabilidade que ia além da ação individual, até alcançar uma orientação de política nacional, em que o Estado provida a segurança e a proteção dos bens coletivos.

Desta forma, aliados à dominação econômica nos países periféricos e semiperiféricos Wallerstein (2004), os países centrais puderam enfrentar, no pós-guerra, com a força do Estado, os principais problemas sociais concretos, a despeito das suas desigualdades internas, que vem aumentando, desde a crise financeira de 2008. Contudo, o Brasil - bem como os países do sul do sistema capitalista – não só não alcançaram o patamar de desenvolvimento europeu, como ainda hoje, estão longe de atingirem o mínimo de existência concreta material à maioria de seus cidadãos. No limiar do século XXI, ainda vivemos sob a subordinação geopolítica de opressão colonial, interrelacionada por vários campos e sentidos, tais como a dominação e o controle da economia, da tecnologia e do conhecimento.

O fornecimento de nossas matérias-primas é desigual e a instalação de indústrias montadoras e o uso da mão de obra barata transforma-se em *trade-off* colonizador. As desigualdades sociais e a concentração de renda são abruptas, com um *gap* estrutural exorbitante em relação aos direitos mais fundamentais de existência. Por outro lado, possuem elites empresariais, políticas e governamentais cooptadas pelo centro

colonizador, operando de forma opressora e/ou autoritária, reproduzindo assim, a dominação dos países mais dominantes.

O tema da crise da representatividade política democrática, em particular na Europa e nos EUA, esteve voltado para a perspectiva da falta de confiança e do distanciamento entre legisladores e cidadãos em relação aos anseios e na resolução das necessidades e demandas concretas dos eleitores, na “década perdida”, dos anos 1980, em razão das crises do petróleo dos anos 1970. O mais recente livro do sociólogo catalão Manuel Castells (2018), aborda a relação entre a crise da representatividade da democracia liberal institucionalizada e a *ruptura* do processo de consolidação da democracia no mundo. Neste sentido, o autor se inquieta sobre quais instrumentos legítimos a serem descobertos, para sanar esse “furacão sobre as nossas vidas”.

Questiono se no Brasil a democracia representativa está em risco ou se ela ainda necessita se fortalecer e se consolidar, na medida em que estamos em recente processo democrático, a partir da promulgação da Constituição em 1988, quando, passados 35 anos, os direitos fundamentais ainda não foram concretizados e acessados pela maioria da sociedade brasileira. Nossos partidos políticos possuem ideologias móveis e efetuam mutações variadas de posicionamentos, tanto pelos membros dos partidos, como pela atuação programática. A *maré-rosa* (esquerda brasileira) teve uma hegemonia, após as ditaduras militares na região, em razão da quase inexistente ação opositora da direita.

A direita emergiu, dentre outros fatores internos, em especial, diante da deflagração mediática da corrupção do governo do PT, bem como à inépcia do governo ao enfrentamento da crise financeira internacional de 2008, polarizando a sociedade entre esquerda e direita. No campo ideológico e narrativo, a polarização foi acionada pela disputa ideológico-identitária, colocando a esquerda como defensora dos direitos humanos das minorias, enquanto a direita proclamava o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” fragmentando a nação em polos inimigos. A polarização ideológica entre *esquerda e direita*, passou a atuar sob o manto de discursos ideológicos, ovacionados a partir da dominação carismática de seus líderes (Lula e Bolsonaro), polarizando a sociedade.

A esquerda brasileira acusava Bolsonaro de homofóbico; fascista; misógino; racista; moralizador. E os da direita, atacavam o seu líder de ladrão; corrupto; ignorante; chefe de quadrilha. E por aí vão os discursos de acusações, mediados por Fake News na internet.

Por outro lado, no sentido quase “pollyano” de enxergar o mundo, apesar destas disputas não estarem chegando a lugar nenhum, no que diz respeito às discussões no

espaço público sobre as urgentes políticas públicas estruturantes a serem implementadas; desde 2013, as famílias e as rodas de amigos, passaram a discutir frequentemente sobre política. No Brasil, ainda estamos aprendendo a diferenciar o que seja autoritarismo; totalitarismo; fascismo; e populismo de esquerda e de direita. Portanto, tem sido um caminho de aprendizagem, diante da nossa história recente de democracia. No entanto, é desalentador observarmos que as discussões tem gerado a fragmentação dos laços de solidariedade entre amigos e familiares, quando chegam à violência física ou à política de cancelamento social e institucional.

A atual ideologia identitária acionada, de forma mediática, vem substituindo "um tipo de tirania por outro" (APPIAH 1994: 163). Segundo Sonia Kruks (2001):

O que faz da política de identidade um afastamento significativo das formas anteriores e “pré-identitárias” da política de reconhecimento é sua demanda por reconhecimento, com base nas mesmas bases em que o reconhecimento foi negado anteriormente: são os grupos de mulheres, negras e lésbicas que exigem reconhecimento. A demanda não é para a inclusão no interior da "humanidade universal", com base em atributos humanos compartilhados; nem é por respeito "apesar das" diferenças de alguém. Pelo contrário, o que se exige é o respeito por si mesmo, como diferente (2001: 85, tradução da autora).

Embora permitindo que o reconhecimento e a redistribuição sejam de fundamental importância na política pública contemporânea, Nancy Fraser lamenta a supremacia de perspectivas que levam a injustiça social, ao incorporar as construções "culturais" de identidade. Para a autora, tais modelos de reconhecimento exigem remédios que valorizem também grupos e pessoas sem identidade grupal, reconhecendo suas especificidades e tornando as abstrações identitárias - produtos de estruturas opressivas, em concretudes sociais emancipatórias (Fraser, 1997: 19).

Asad Haider, no seu livro, “*Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump*”, publicado em 2018, afirma que a política identitária acabou por dividir a esquerda. Segundo o autor, o movimento identitário começou nos EUA com o coletivo de mulheres socialistas lésbicas, em 1977 (Coletivo *Combahee River*), que defendiam a construção de uma solidariedade com outros grupos progressistas, com o objetivo de eliminar ou mitigar todas as formas de opressão, ao mesmo tempo em que clamavam sobre os seus próprios sofrimentos de opressão. No entanto, suas reivindicações foram cooptadas pelo processo neoliberal, criando opressões entrecruzadas, que geram um divisionismo social, ao invés

de estimular a solidariedade. Segundo Haider, o enquadramento da política de identidade, tal como caminha, reduz a política ao que o indivíduo diz que é, no sentido de obter o seu reconhecimento como indivíduo, e não como *sujeito social* que participa em uma coletividade, na luta coletiva contra uma estrutura social opressora, necessária a um novo “universalismo insurgente”.

No Brasil, estamos vivenciando uma espécie de mercantilização das identidades. O espírito do capitalismo financeiro absorveu a política identitária e, paradoxalmente, criou um ambiente em que a afirmação das identidades acabou reforçando as mesmas normas, que se dispôs – anteriormente - a criticar. Portanto, há que desconfiarmos não só pelo essencialismo exacerbado das políticas identitárias, mas como essas identidades estão sendo manipuladas pelo poder mediático dos grandes grupos detentores dos meios de comunicação.

Ideologicamente, esses grupos aliados ao poder do capitalismo financeiro, tem criado um espaço fabuloso e espetacular, dispersando o espaço público e criando o esvaziamento da atenção problemas de acesso de qualidade aos bens de consumo coletivo do Brasil. Ao invés de nos unirmos e focarmos nas questões sociais concretas que o Brasil precisa enfrentar, o assunto de afirmação e de reconhecimento de políticas de identidade tem substituído o tema da política pública mais ampla. Não há apenas a perda do universal, mas do espaço público comum. O problema, segundo Janine Ribeiro (2000), está no tipo de reivindicação desses grupos, que acentuam a homogeneidade de seus membros, até conceber que somente seja possível a relação social entre iguais.

3. A pulverização programática das políticas públicas

Com a crise fiscal dos anos 1970, devido as crises do Petróleo, os fortes ventos de mudança de Reforma do Estado implementada na Inglaterra e nos EUA, nos anos 1980, passaram a influenciar o modelo de Estado, tentando reduzir seu tamanho. Na América Latina, em particular no Brasil, essa ideia tem tido um efeito quase devastador, devido a fragilidade já existente do Estado. Mesmo em países que possuíam uma rede razoavelmente estruturada de proteção social, o ajuste estrutural terminou por desorganizar os mínimos direitos sociais, conquistados no passado. Nesse sentido, devemos atentar para a importância do Estado nas políticas públicas para o Brasil, na medida em que ainda não pode ser substituída, simplesmente, pela alocação eficiente do mercado, nem tampouco somente pelo Estado. São necessários, ainda, novos arranjos

institucionais estatais e privados, que respondam às necessidades materiais e concretas urgentes, onde a maioria da sociedade brasileira ainda está excluída economicamente.

A compreensão da crise da legitimidade do Estado, nos anos 1980, pautou-se na ideia de que a crise era derivada do descontentamento dos grupos “excluídos”; e, portanto, a solução era transformar o Estado e, aumentar a participação social. A crise da legitimidade foi convertida em crise da governabilidade, na medida em que o Estado apareceu sobrecarregado de demandas sociais, face a crise fiscal. Esta visão liberal da crise da democracia gerou o receituário neoliberal já, demasiadamente, conhecido: privatização, liberalização e a transformação dos serviços públicos em mercadorias.

Portanto, nos anos 1990, ganhou preponderância na agenda pública a ideia neoliberal da estruturação de um Estado mínimo, liberando as forças do mercado e “libertando” a energia da sociedade para arcar com a função social, seguindo valores de corresponsabilidade ou responsabilidade individual. O Estado provedor passou a ser questionado, como nocivo ao desenvolvimento econômico dos países. A natureza da intervenção estatal e os caminhos da reforma do Estado transformaram-se em grandes temas na agenda internacional. Iniciou-se a proposta de se radicalizar o corte com o modelo de intervenção do passado, até alcançar uma reestruturação do papel do Estado, ainda em processo no Brasil.

No entanto, os países da América Latina enfrentaram o “paradoxo neoliberal” produzido pelas agências multilaterais, em especial, pelo Banco Mundial. Os países que obtiveram melhores resultados com a incorporação de mecanismos de mercado, foram os de instituições políticas fortes. Foram os núcleos de coordenação do Estado que puderam viabilizar o bom funcionamento do mercado, que não diminuiu a distância entre os ricos e os milhões de pobres.

Diante da Reforma do Estado brasileiro, a máquina burocrática abriu os canais de comunicação e criou novas institucionalidades jurídicas para promover a participação social, no recente processo democrático. Assim, a energia solidária mobilizada para o enfrentamento dos problemas sociais cotidianos foi capturada para o interior do aparelho estatal, com o objetivo de domesticar impulsos mais conflitantes de luta social.

A nova configuração institucional da participação social foi elaborada com a expectativa de que a transferência de responsabilidade do Estado para outras instâncias sociais, poderia tornar o Estado mais eficaz e eficiente para promover a coesão social e garantir a governabilidade. Desta forma, o conceito de capital social se tornou o mote

com o intuito de fomentar a importância da mobilização da sociedade civil para o debate sobre as questões sociais, compartilhando a responsabilidade com o Estado.

O referencial do Banco Mundial, sobre a importância do capital social, serviu para garantir o fortalecimento de organizações sociais não-estatais; e, conseqüentemente, para garantir a execução eficiente de políticas públicas governamentais focalizadas às minorias, como reparação e compensação social, propostos e financiados por agências multilaterais de desenvolvimento, face ao contexto de ajuste estrutural, liberalização da economia e privatização do patrimônio do Estado.

Nos anos 1970 no Brasil, emergiram formas de vocalização de setores sociais que lutaram por melhores condições de vida e saúde. Foram movimentos que surgiram no período marcado pela transição do regime militar à democracia e, no interior de espaços urbanos. Esses movimentos não estiveram associados às condições estritas do âmbito territorial da empresa industrial, como nos anos 1940. Cresceram e se fortaleceram diante das condições precárias de vida urbana - desemprego, violência e acesso restrito aos bens públicos - principalmente nas periferias das metrópoles. Contudo, Eli Diniz (2004) lembra a distinção da efervescência social dos anos 1970 para os anos 1990. A autora afirmou que, o impacto do avanço da globalização e da revolução tecnológica, associada à redução do crescimento econômico, revelou, nos anos 1990, um retraimento dos movimentos populares e o refluxo do movimento sindical:

Efetivamente, a década neoliberal implicou o esvaziamento da capacidade de ação e mobilização dos trabalhadores organizados, como resultado do aumento do desemprego, da expansão da informalidade e da retração dos direitos sociais (DINIZ, 2004, p. 5).

No movimento de retração estatal dos anos 1990, o poder antes localizado no Estado, se estendeu por uma rede de relações e por campos setoriais, com demandas pós-materialistas de grupos ambientalistas, de mulheres, de jovens, grupos étnicos, sexuais, de gênero, dentre outros. Concomitantemente, surgiram e se fortaleceram as Organizações Não-Governamentais (ONGs) como canais não-oficiais dando apoio internacional a micro projetos sociais desses grupos que emergiam e eram dirigidos, até então, para níveis locais. Essas iniciativas da sociedade apontavam, hipoteticamente, para o surgimento de uma nova cultura política no Brasil, uma vez que as práticas sociais passaram a ser orientadas por um novo nível de condutas, normas e valores em relação ao período ditatorial no Brasil.

Conforme Montañó (2002:272), desde os anos 1980, o Banco Mundial - como representante das ideias neoliberais, aumentou a destinação de verbas para organizações não-governamentais, com o objetivo de cooptar as lideranças sociais e amortecer os ideários das lutas emancipatórias que emergiam na América Latina. Assim, observamos nos anos 1990, um recuo das propostas emancipatórias desses movimentos sociais, que passaram a focar na fome e nas demandas de minorias vulneráveis. Como resultado, ao invés de pensar a sociedade como um todo, as ONGs passaram a elaborar projetos sociais em parceria com organismos internacionais, diante do capital social e informações disponíveis de grupos que tivessem mérito para assegurar a negociação nesta parceria. Portanto, agências multilaterais de financiamento impulsionou uma capacidade artificial da sociedade para se mobilizar, em função de uma proposta de uma participação social “domesticada” pelo Estado. Neste cenário, aparece uma pluralidade de atores sociais disputando e convergindo seus próprios interesses, diante das incertezas e da precariedade social.

Nesta trajetória da participação social, nos anos 2000, a ação social passou a ser pulverizada por “identidades” de grupos sociais que não são reconhecidos e, querem ser recompensados. As políticas identitárias desenvolvidas por esses grupos passaram a atacar a desigualdade, mediante a força daqueles que passaram a ter uma “voz” mais forte, no mercado, como por exemplo, os homossexuais e as mulheres negras de classe média, que tivessem potencial consumidor para multiplicar as suas demandas por reconhecimento identitário. Os operários e trabalhadores rurais pobres e miseráveis, sem acesso à educação, à saúde, à terra, à moradia e ao saneamento básico continuaram no mesmo patamar de profunda desigualdade socioeconômica.

As políticas identitárias foram fomentadas no Brasil, a partir de 2000, face às metas a serem atingidas pelos Objetivos do Milênio (ONU, 2000), que tinha dentre os seus oito objetivos, universalizar a educação e a promoção da igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres. Nos anos 2000, pudemos observar o poder judiciário coadunando com os Objetivos do Milênio, com as pautas progressistas identitárias, por meio da onda da “judicialização da política”. Neste sentido, com o aval do Supremo Federal, a partir dos anos 2002, passamos a adotar políticas públicas compensatórias, dando origem a um “novo populismo”. Ao invés de políticas públicas redistributivas estruturais, o Brasil passou a focar em políticas públicas compensatórias fragmentadas, como as “políticas de cotas”, tais como: cotas para negros; indígenas; cotas para estudantes de escolas públicas; para transsexuais; e, cotas para mulheres na política parlamentar. Consequentemente, os grupos sociais identitários que antes estavam excluídos do debate e da formação escolar

universitária, em especial os jovens, passaram a lutar pelo reconhecimento de suas identidades. No entanto, as políticas de cotas isoladas não representam nenhuma transformação estrutural na sociedade brasileira. Não há como negar a sua importância, na medida em que há mais mulheres, pobres, negros e indígenas nas universidades públicas; há mais mulheres denunciando a violência.

Contudo, quantas vezes nos perguntamos e nos preocupamos com a qualidade da Educação Pública do ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior no Brasil? Quais as medidas estruturantes para se mitigar o desemprego e a violência urbana? Como caminha o investimento na saúde, na ciência e na tecnologia? Como está a infraestrutura brasileira, o saneamento básico, a habitação, as ferrovias e o transporte público? O que mudou estruturalmente no Brasil, desde 1988, até os dias atuais, para a maioria da população brasileira?

No limiar do século XXI, o governo brasileiro - a despeito da globalização financeira - negligenciou a crise econômica americana e europeia de 2008, provavelmente, em função do possível efeito da publicização da crise vir afetar as eleições presidenciais de 2010. Desta forma, a crise só foi incorporada no Brasil, “oficialmente” pelo governo federal, em 2014. Contudo, a crise já atingia graus sérios e era sentida, de forma mais dramática, pelos jovens. Eles sentiam em suas vidas concretas e simbólicas, como ela os afetava. As Jornadas de 2013 no Brasilⁱⁱⁱ representaram este cenário. Suas reivindicações sinalizaram a situação socioeconômica em que os jovens se encontravam: sem perspectiva de emprego e vivendo em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Brasil em crise desenfreou uma demanda reprimida de jovens desempregados e sem esperanças, abalando a credibilidade em relação aos políticos e governos, na medida em que foram duramente afetados pela expansão e dimensão da crise econômica mundial.

Mesmo com reivindicações difusas, com características sobrepostas entre ideologias da esquerda e da direita, as reivindicações ideológicas-identitárias se fortaleceram e se mobilizaram centradas sobre uma problemática de identidade e afirmação, em busca de reconhecimento. Consequentemente, as contestações se transfiguraram em pautas de costumes entre progressistas e conservadores, lideradas por grupos autônomos, sem objetivo de elaborar uma nova concepção mais geral de sociedade, a partir de um projeto coletivo mais amplo. Consequentemente, o que nos restou foi a polarização entre as lideranças que defendiam uma pauta em oposição à outra: Lula, em defesa das pautas identitárias progressistas e Bolsonaro em defesa das pautas conservadoras da tradicional família. O poder de integração social que poderia ser capaz de resistir às forças

hegemônicas se esgotou, propiciando espaço para amortecer as energias pulsantes da esfera pública para o fortalecimento da democracia brasileira.

Considerações finais

O “espírito” do capitalismo financeiro conseguiu, não só no mundo, mas principalmente nas regiões periféricas ou semiperiféricas do sistema-mundo, o poder de manipular nossas energias, polarizando-as em ideologias e identidades. As reivindicações pós-materialistas se fortaleceram, principalmente, em relação ao reconhecimento das identidades que foram e são historicamente subalternizadas. No Brasil, as pautas identitárias tiveram um enorme apreço pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que resultou no processo de populismo e judicialização da política, sendo utilizado por grupos políticos com interesses particulares, dispersando e interferindo no debate político, sobre as políticas públicas. O capital social mediático e, com mais poder de pressão, foram aqueles que tinham o melhor “advogado” para catalisar as identidades no jogo político e mediático.

A solidariedade construída em torno de movimentos identitários ou coletivos identitários tem sido uma estratégia individualista que tem se tornada hegemônica frente às questões sociais, no Brasil. Deixa de ser uma resposta da responsabilidade do Estado ou da responsabilidade de todos os cidadãos, que contribuem compulsoriamente para o financiamento do Estado. Sem infraestrutura, produtividade, emprego e setores eficientes nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, o poder geopolítico global estará sempre conduzindo o sul do sistema mundo e, nos “norteando” para atuarmos politicamente de maneira polarizada, não a partir da histórica, estrutural e exorbitante desigualdade socioeconômica do Brasil, mas pelas diferenças identitárias.

A nossa energia pulsante e emancipatória acaba sendo regulada e cooptada para o interior do aparelho burocrático, domesticando-a e pulverizando suas demandas. Ao invés de criarmos uma consciência coletiva, em prol de um projeto de transformação, os movimentos sociais não se articulam e vêm se fragmentando cada vez mais. Creio que as mudanças, infelizmente, ainda estão longe de se concretizarem.

NOTAS

ⁱⁱ Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Laboratório de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento Regional (LADER/UFF) e Pesquisadora PQ2 do CNPq. Universidade Federal Fluminense (UFF): código postal (24210-590); Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: alicecosta.rj@uol.com.br. UFF: R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ

ⁱⁱ Atualmente, as identidades civis – com o avanço das ciências da vida – também podem se transformar, na medida em que, por exemplo, um “homem”, pode ser transformar em “mulher” (ou vice-versa), bem como a cor, a altura e o peso podem ter suas mudanças e alterações, dependendo da capacidade financeira do indivíduo, em realizar essas mutações. Contudo, o Estado tem o controle dessas alterações civis, permitindo (ou não) a alterações a partir de Leis próprias, de cada país.

ⁱⁱⁱ As Jornadas de Julho de 2013, no Brasil, consistiram na mobilização da população, em particular de jovens que se articularam pela internet, para manifestarem suas indignações e insatisfação. O estopim desta crise ocorreu em São Paulo, no início de junho, contra o aumento de 20 centavos nas tarifas do transporte público (Movimento Passe Livreⁱⁱⁱ) e se espalhou por outras capitais do Brasil. As manifestações incorporaram pautas que englobavam o descontentamento em relação aos investimentos nos megaeventos esportivos em detrimento da oferta de serviços públicos, como também uma forte percepção da sociedade em relação à corrupção envolvida nos megaeventos esportivos e à cúpula do Partido do Trabalhadores (PT), que estava no poder desde 2003.

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- APPIAH, Anthony (1994). *Identity, Authenticity, Survival: Multicultural Societies and Social Reproduction*, in Gutmann (ed.), 149–164.
- ASSIS, Machado de (1884). *A Igreja do Diabo*. Volume de contos. Rio de Janeiro: Garnier, domínio público.
- BENJAMIN, Walter (1992). *Pequena história da fotografia*. In: _____. Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política. Lisboa: Relógio d'Água.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri: Akai.
- CASTELLS, Manuel (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Zahar.
- CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades). *Jovens são os mais afetados pela piora do mercado de trabalho e comprometem futuro da Previdência*. Autor: Luiz Guilherme Gerbelli e Marta Cavallini, 2019. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-comercio-servicos/25197/jovens-sao-os-mais-afetados-pela-piora-do-mercado-de-trabalho-e-comprometem-futuro-da-previdencia>. Acessado em 09/03/2020.
- DE SWAAN, Abram (1992). *A cargo del estado*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S.A.
- DINIZ, Eli (2004). *Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milênio*. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Painel 71 (Anais).

- FRASER, Nancy (1997). *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Post-Socialist” Condition*, New York: Routledge.
- GAZETA DO POVO (jornal). Infográficos: *Esquerda e direita na América do Sul*, 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/> Acessado em: 03/03/2020.
- HAIDER, Asad (2018). “*Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump*”. NY e London: Editora Verso.
- HALL, Stuart (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- JAMESON, Frederic (1997). *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Ed. Ática.
- KRUKS, Sonia (2001), *Retrieving Experience: Subjectivity and Recognition in Feminist Politics*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- MONTAÑO, Carlos (2002). *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez Editora.
- QUIJANO, Aníbal (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. In. SANTOS; MENESES (orgs.). *Epistemologias do Sul*, São Paulo: Cortez Editora.
- RIBEIRO, Renato Janine (2000). *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004). *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University.